

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS FINANCEIROS**

BERNADETE FERRONATO DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR – IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO
BANCÁRIO EM ABELARDO LUZ (SC)**

**ABELARDO LUZ - SC
2008**

BERNADETE FERRONATO DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR – IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO
BANCÁRIO EM ABELARDO LUZ (SC)**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: Prof. Ivan Pinheiro

**ABELARDO LUZ - SC
2008**

BERNADETE FERRONATO DA SILVA

**AGRICULTURA FAMILIAR – IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO
BANCÁRIO EM ABELARDO LUZ (SC)**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Conceito final:

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. - UFRGS

Prof. Dr. – UFRGS

Prof. Dr. – UFRGS

Orientador – Prof. Ivan Pinheiro

Dedico este trabalho este trabalho a todos os que amamos e
temos a pretensão que nos amem.

Mauro, Tatheli e Isabela.

Agradeço ao Banco do Brasil pela oportunidade concedida para a realização deste curso.

Agradeço à UFRGS – Escola de Administração e todos os professores que nos acompanharam no decorrer do curso.

Ao meu orientador, que me auxiliou e emprestou qualidade ao meu trabalho, por sua presteza e dedicação.

Aos meus colegas do Banco do Brasil que foram bravos companheiros de jornada.

Aos clientes que se dispuseram a colaborar para a realização da pesquisa.

RESUMO

O problema do desemprego, principalmente nas grandes regiões metropolitanas, aliados ao crescente êxodo rural, com processos migratórios voltados a esses grandes centros populacionais, motivaram a criação em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem sua linha mestra direcionada ao financiamento bancário das atividades agropecuárias dos pequenos produtores rurais do Brasil. Com recursos originados do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o programa exige a limitação da área agrícola explorada pelo agricultor, em quatro módulos fiscais; a necessidade de o favorecido residir na propriedade rural ou aglomerado urbano próximo; utilize, preferencialmente, mão-de-obra da própria família; e possua uma renda familiar anual de no máximo R\$ 110.000,00. Antes de procurar um aumento considerável em nossa produção de grãos, o programa visa à manutenção do homem no campo, a geração de renda, a introdução de novas tecnologias, a implantação de Agroindústria familiar, o fortalecimento do associativismo e a melhoria de sua qualidade de vida. A proposta deste trabalho tem como foco principal analisar o atingimento das principais metas estabelecidas pelo PRONAF e, se as aplicações de recursos financeiros consideráveis minimizaram ou não as causas iniciais do problema, permanência do homem no campo e a modernização das propriedades; analisar o grau de importância do crédito do PRONAF no fortalecimento da Agricultura Familiar de Abelardo Luz (SC); analisar se os empréstimos minimizaram os problemas ou aumentaram a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais; analisar o cumprimento das metas do PRONAF. Efetuou-se uma pesquisa descritiva do tipo survey com o objetivo principal de saber a opinião dos produtores rurais financiados pelo PRONAF. A agência local do Banco do Brasil é o estabelecimento bancário responsável pelo desenvolvimento do programa no município, formando parcerias com a Prefeitura Municipal, Sindicato dos trabalhadores rurais e Epagri, empresa responsável pela assistência técnica dos empreendimentos financiados, atendendo cerca de 2.000 produtores beneficiados. A coleta de dados deu-se através de aplicação de questionário para 105 clientes de um total de 1045 clientes financiados pelo PRONAF no município de Abelardo Luz - SC. Os dados do questionário foram organizados e demonstrados em tabelas. Os resultados da pesquisa apontam a importância do PRONAF para os produtores.

Palavras chave: PRONAF, produtores rurais, financiamento, qualidade de vida, Banco do Brasil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	09
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo geral.....	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	10
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
2.2 A AGRICULTURA BRASILEIRA.....	12
2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR.....	16
2.4 O ÊXODO RURAL.....	19
2.4.1 Êxodo Rural na História.....	21
2.4.2 Causas e conseqüências.....	22
3 METODOLOGIA.....	27
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	27
3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO DA PESQUISA.....	27
3.2.1 Amostragem.....	27
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS.....	28
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	29
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	29
4.1.1 Atividades Econômicas Locais.....	33
4.1.2 A Estrutura Fundiária dos Assentamentos rurais.....	35
4.2 PESQUISA DE OPINIÃO.....	38
5.CONCLUSÃO.....	46
6.BIBLIOGRAFIA.....	48

1. INTRODUÇÃO

Com a estabilização da economia brasileira, diversos problemas, anteriormente mascarados pela inflação, surgiram em diversos segmentos de nossa sociedade, exigindo por parte do governo, medidas que viesse amenizar essas dificuldades.

Os problemas do desemprego, aliado ao crescente êxodo rural, motivaram a criação em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem sua linha mestre direcionada ao financiamento bancário das atividades agropecuárias dos pequenos produtores rurais.

Antes, de procurar um aumento considerável em nossa produção de grãos, o programa visa à manutenção do homem do campo, à geração de renda, à introdução de novas tecnologias, à implantação da agroindústria familiar, ao fortalecimento do associativismo e à melhoria de qualidade de vida.

No município de Abelardo Luz (SC), cerca de 50% de sua população está localizado na zona rural, em sua grande maioria de origem italiana, onde o agricultor produz milho, soja, feijão, fumo, além de uma destacada bacia leiteira.

A agência local, do Banco do Brasil, é o estabelecimento bancário responsável pelo desenvolvimento do programa no município, formando parcerias com a Prefeitura Municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas de Crédito, Cooperativas dos assentados e Epagri, empresa do estado responsável pela assistência técnica.

Diante do contexto, a proposta deste trabalho tem como foco principal analisar o cumprimento das principais metas estabelecidas pelo programa e se as aplicações de recursos financeiros minimizaram ou não as causas iniciais do problema.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Com a implantação do Plano Real, e a conseqüente estabilização da economia brasileira, diversos problemas, anteriormente mascarados pela inflação, surgiram em diversos segmentos da nossa sociedade, exigindo, de parte do governo, medidas que viesse amenizar essas dificuldades do povo.

O problema do desemprego, principalmente nas grandes regiões metropolitanas, aliadas ao crescente êxodo rural, com processos migratórios voltados a esses grandes centros populacionais, motivaram a criação em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem sua linha mestra direcionada ao financiamento bancário das atividades agropecuárias dos pequenos produtores rurais do Brasil.

Com recursos originados do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o programa exige a limitação da área agrícola explorada pelo agricultor, em quatro módulos fiscais; a necessidade do favorecido residir na propriedade rural ou aglomerado urbano próximo; que utilize, preferencialmente, mão-de-obra da própria família; e que possua uma renda familiar anual de no máximo R\$ 110.000,00.

Antes de procurar um aumento considerável em nossa produção de grãos, o programa visa à manutenção do homem no campo, a geração de renda, a introdução de novas tecnologias, a implantação de Agroindústria familiar, o fortalecimento do associativismo e a melhoria de sua qualidade de vida.

No município catarinense de Abelardo Luz, cerca de 50% de sua população estão localizadas na zona rural, com aproximadamente 6.000 (seis mil) pequenas propriedades.

Em sua grande maioria, de origem italiana, os agricultores produzem milho, feijão, fumo, soja, batata inglesa, trigo, e hortigranjeiros, além de uma destacada bacia leiteira, produzindo milhares de litros de leite, diariamente.

A agência local do Banco do Brasil é o estabelecimento bancário responsável pelo desenvolvimento do programa no município, atendendo cerca de 2.000 produtores beneficiados.

Diante deste contexto, a proposta deste trabalho tem como foco principal analisar o atingimento das principais metas estabelecidas pelo programa e, se as aplicações de recursos financeiros consideráveis minimizaram ou não as causas iniciais do problema.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o grau de importância do crédito do PRONAF no fortalecimento da Agricultura Familiar de Abelardo Luz (SC).

1.2.2 Objetivos Específicos

A - Analisar se os empréstimos minimizaram os problemas de êxodo rural e a falta de estrutura das pequenas propriedades e aumentaram a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais;

B - Analisar o cumprimento das metas do Pronaf.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo deste capítulo é representar a fundamentação teórica, através da revisão da base teóricas a partir da idéia de alguns autores e relacionadas conforme o tema proposto deste estudo e fundamental para seu desenvolvimento.

“A Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA tem por missão consolidar o conjunto da agricultura familiar de modo a promover o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade, respeitando os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, da democracia, da transparência e da parceria, com responsabilidades”.

O ambiente político institucional de abertura e globalização que predomina no cenário internacional e no cenário político-institucional brasileiro, no qual se insere a integração ao MERCOSUL, e a remoção de grande parte das barreiras para acesso ao mercado interno, mesmo aos produtores de bens e serviços de países não pertencentes ao bloco sub-regional, tem estimulado uma concorrência acirrada no mercado brasileiro de alimentos. (CAVALCANTI, 2003)

Porque investir recursos na Agricultura familiar a juros mais acessíveis que os demais produtores Porque a agricultura familiar tem capacidade de absorver mão-de-obra e gerar renda. Além disso, o setor é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja.

A agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura.

Por isso, a agricultura familiar é um meio eficiente de reduzir a migração do campo para a cidade. (Secretaria da Agricultura Familiar, 2006)

2.2 A AGRICULTURA BRASILEIRA

A ocupação iniciada durante o séc. XVI e apoiada na doação de terras por intermédio das sesmarias, na monocultura da cana-de-açúcar e no regime escravocrata foi responsável pela expansão do latifúndio, que concentra as terras e utiliza sistemas agrários nocivos, os quais ainda predominam em muitas áreas do país. Antes da expansão desse sistema monocultor, já havia se instalado como uma primeira atividade econômica, a extração do pau-brasil, que se tornou a primeira grande agressão ao meio ambiente, através da destruição da vegetação litorânea.

A extinção dessa espécie vegetal (o pau-brasil) - não havendo neste período outro produto extrativo de valor comercial - teve início com a plantação da lavoura canavieira, que nesse período serviu de base e sustentação para a economia do Brasil.

Essa lavoura desempenhou um papel fundamental na organização da agricultura nacional, fazendo surgir a grande propriedade rural, núcleo de futuras *plantations*, apoiadas por mão-de-obra escrava. A exploração promoveu a derrubada progressiva da vegetação original. Na fase inicial da ocupação do território nacional, a substituição da Floresta Atlântica por lavoura foi realizada de maneira indiscriminada, fato em parte compreensível, face ao desconhecimento de métodos e técnicas que permitissem uma ocupação do solo mais racional, que previsse a preservação de áreas mais suscetíveis à degradação.

Em áreas do sertão, onde as condições ambientais não eram favoráveis à expansão canavieira, desenvolveu-se a grande propriedade voltada para pecuária de corte (praticada em pastos naturais afastados do litoral) e também o abastecimento dos pequenos centros urbanos para o fornecimento de animais de tração às áreas canavieiras.

Junto à expansão da cultura canavieira e da pecuária extensiva, desenvolveu-se uma agricultura de subsistência que visava o abastecimento das pessoas engajadas nos engenhos e fazendas de gado, situação que perdurou até o séc. XVIII, quando a mineração passou a ser a principal atividade do País e como conseqüente absorvendo a maior parte da mão-de-obra, o que ocasionou o abandono de muitos engenhos açucareiros.

Essa nova atividade foi responsável pelo aumento de áreas voltadas para agricultura de subsistência e promoveu o aparecimento de propriedades de menores dimensões, dedicadas à produção de alimentos, com fins comerciais. A prática da mineração ficou sob a forma de garimpos, embora em áreas restritas e localizadas, o que contribuiu também para a interiorização da ocupação do Brasil e provocou grandes alterações ambientais nas áreas onde se deu de forma mais intensa.

No séc. XIX inicia-se a fase de grande expansão da ocupação do território, sobretudo na Região Sudeste, motivada pela difusão de novas terras. Assim, as propriedades se tornaram maiores e nesse período o capitalismo estava em grande ascensão. Nesse período também se desenvolveu o transporte ferroviário, acabando-se, assim, o isolamento das fazendas.

No séc. XX, sucessivas crises de abastecimento surgidas em função do predomínio econômico do café e da cana-de-açúcar, voltados para o mercado externo, contribuíram para o aparecimento de pequenas e médias propriedades dedicadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos.

O crescente processo de urbanização do Brasil, junto com o desenvolvimento industrial a partir da década de 40, contribuiu para o surgimento de áreas agrícolas destinadas à produção de matérias-primas industriais, de produtos hortifrutigranjeiros e de uma pecuária leiteira desenvolvida em planaltos. A atividade pecuária foi responsável por grandes transformações verificadas nos usos e nos empregos de técnicas na agricultura, acelerando a ocupação do Brasil e ocasionando modificações na natureza.

O ambiente político institucional de abertura e globalização que atualmente predomina no cenário internacional e no cenário político-institucional brasileiro, no qual se insere a integração MERCOSUL, e a remoção de grande parte das barreiras

para acesso ao mercado interno, mesmo aos produtores de bens e serviços de países não pertencentes ao bloco sub-regional, tem estimulado uma concorrência acirrada no mercado brasileiro de alimentos. Nesse contexto prevalecem os interesses, expectativas e anseios dos consumidores como a força de coordenação e de balizamento do modo de operação de todo o complexo agroalimentar. As características de alta competitividade se reproduzem também nos principais mercados mundiais, fazendo com que as empresas brasileiras tenham que enfrentar cenários semelhantes ao disputar espaços para exportação de seus produtos.

Uma das principais características da atividade agrícola é a dificuldade de diferenciação dos seus produtos através das técnicas usuais de marketing. Em primeiro lugar, pelo tipo de comercialização, na forma de “*commodities*”, reunindo em grandes volumes a produção de inúmeros produtores e procedências, não há associação do produto a marcas específicas. Em consequência disso torna-se bastante difícil associar atributos específicos dos produtos a um determinado produtor. Portanto, as formas usuais de diferenciação de produtos, marcas ou atributos (ou ambos), utilizados para conferir identidades mercadológicas a produtos e produtos, via de regra, não são factíveis de aplicação aos produtores agrícolas.

É importante notar, no entanto, que enquanto isso se verifica em relação aos produtos da atividade agropecuária, o mesmo não se aplica aos insumos utilizados na produção. Assim, sementes, agro químicos, fertilizantes, equipamentos e máquinas entre outros, são fortemente diferenciados por suas marcas ou por seus atributos específicos, ou normalmente, por ambos.

A importância dessas constatações está no fato de que elas definem regimes competitivos diferentes para essas classes de produtos e, portanto, condições e mecanismos diversos de agregação de valor e geração e apropriação de lucros.

O processo de comercialização de “*commodities*” segue um modelo que se aproxima bastante dos modelos econômicos de competição perfeita, com um grande número de produtores ofertando produtos de características razoavelmente semelhantes, com um volume significativo de informações sobre clima, produção, preços, estoques, tecnologias de produção, entre outras, sobre todas as regiões produtoras importantes do mundo, fluindo de maneira relativamente livre e, na maioria das vezes, ao alcance do público e, principalmente, com produtores individuais sem poder para interferir na formação dos preços.

Nessas condições, os lucros auferidos pelos produtores agropecuários seriam transitórios e originados de ganhos de produtividade oriundos de condições climáticas mais favoráveis ou de adoção pioneira de tecnologias modernas. Dada a liberdade e a velocidade de circulação da informação tecnológica novas tecnologias que neutralizam as vantagens naturais, ou que propiciam ganhos significativos de produtividade e qualidade rapidamente se disseminam e são adotadas também pelos produtores e setores mais modernos. Assim, em prazos relativamente curtos, os lucros se dissipam, com a competição se restabelecendo e forçando o repasse dos ganhos de produtividade aos preços. O mercado, portanto, tende a se equalizar em torno dos preços correspondentes aos níveis de produtividade dos estratos de produção tecnologicamente mais modernos. É importante notar que o processo de globalização e abertura de mercados para os produtos agrícolas faz com que os referenciais de eficiência econômica e de tecnologia para a formação dos preços dos produtos agropecuários sejam os mais avançados em nível global.

Os produtores de “*commodities*” de base tecnológica menos intensiva, em geral com menor capacidade de acessar e processar a informação tecnológica, mercadológica e gerencial com rapidez acaba na maioria das vezes acumulando perdas significativas, que são absorvidas via descapitalização da propriedade ou via aviltamento da remuneração do seu trabalho e dos membros de sua família ou, ainda, pela sua exclusão do mercado. Nesse caso, se enquadra um enorme contingente de produtores, cuja agricultura se organiza em torno de pequenas propriedades de gestão e força de produção familiar.

Para esse segmento de produtores, uma das soluções possíveis seria a rápida modernização tecnológica, nos níveis que lhes permitam atingir os padrões de produtividade dos segmentos modernos da agropecuária mundial. Essa tem sido a abordagem clássica, geralmente adotada pelos programas oficiais de assistência técnica. Seu êxito obviamente depende da superação dos fatores sócio-culturais que impedem ou dificultam a absorção da informação, além da superação de barreiras econômicas que impedem ou dificultam acesso aos volumes de capital necessários para a aplicação de tecnologias intensivas nesse fator ou para ajustar a escala de produção de forma a tornar viável a adoção de determinadas tecnologias ou a comercialização eficiente da produção. O grau de êxito dessa abordagem não impressiona e normalmente requer o acoplamento de políticas de proteção de mercados, de suporte de preços, subsídios, etc.

Em razão da pouca exposição à competição externa, a produção agrícola do Brasil, não foi suficientemente estimulada no sentido de alcançar níveis de produtividade e qualidade compatíveis com as necessidades de adequação e diferenciação de matérias-primas aos processos de transformação da agroindústria.

Só recentemente, impulsionado pela pressão da competição no segmento agro-industrial e pelo crescimento das importações de matérias-primas adequadas às necessidades da agroindústria, iniciou-se no país um processo de desenvolvimento tecnológico da agricultura com objetivos claramente qualitativos, ao qual está se seguindo um movimento importante de revisão dos sistemas de classificação e tipificação de produtos agrícolas, introduzindo critérios de qualidade tecnológica. A partir desse movimento, espera-se uma significativa transformação qualitativa da agricultura brasileira (Secretaria da Agricultura Familiar, 2006).

2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar merece uma análise mais profunda dos pesquisadores em economia rural, inclusive sobre os efeitos dos programas aplicados nos países desenvolvidos. Vamos seguir a linha do trabalho de Alves (1997) no qual se procura na realidade, é transformar a agricultura tradicional, aquela que usa recursos, terra e trabalho, mas pouco integrada aos mercados na agricultura familiar moderna. O processo de transformação demanda tempo, por vezes mais de uma geração, e é complexo, variando de década para década, conforme as regiões do país. Busca-se dividir a agricultura familiar em três estágios: tradicional, em transição e moderna. O segundo estágio oferece dificuldades sérias de definição, porquanto vai de um pólo ao outro, do tradicional ao moderno.

O importante são os estágios iniciais da agricultura tradicional até o seu final, culminando na agricultura moderna. O programa de transformação contém as ações com esse objetivo. Deve ser dividido em etapas, contemplando as diversas regiões do país e ser transparente sobre as condições que os agricultores devem satisfazer para ingressar no programa aferindo claramente as possibilidades de sucesso e os custos para a sociedade. Muito da agricultura tradicional brasileira, em face dos fatores clima, solo e capital humano, não satisfaz as condições de transformação.

É importante salientar a diferença existente entre agricultura familiar e tradicional. Esta pressupõe o emprego de uma tecnologia que utiliza a terra e mão-de-obra, ou seja, sem emprego de insumos modernos. Só propicia a venda de excedentes não consumidos pela família. Não se relaciona com os mercados de insumos, de capital e financeiro. Como categoria analítica, nas décadas de 50 e 60, foi definida como o conjunto de agricultores que tinham a produtividade marginal do trabalho igual a zero. A definição nasceu de observações feitas em países densamente povoados e sem alternativas de emprego no setor urbano. Imaginava-se que, num mundo como aquele, a adição de um novo trabalhador, não incrementaria a produção. E a partir dessa definição, modelos de crescimento econômico foram construídos.

Embora não explicitado, a família era a responsável pelo estabelecimento. Os modelos procuram, em resumo, criar uma teoria de dualidade: o setor rural, aquele tradicional; o industrial, o moderno, em que o salário do trabalhador era determinado pelo mercado de trabalho. Propunha-se, ainda, explicar a evolução da agricultura tradicional para a capitalista. Na agricultura tradicional, sendo a produtividade marginal do trabalho nula ou menor do que a do setor industrial, o salário de mercado é zero ou muito baixo. Obviamente todo mundo morreria de fome ou teria uma vida miserável. O salário, então, é determinado por outro mecanismo. Equivale à produção total dividida pelo número de membros da família. Numa aproximação, os modelos admitiram ser constante o salário rural, assim determinado. A agricultura tradicional foi sempre considerada como instável, em transformação para a agricultura capitalista. A política econômica teria que ter como alvo eliminar a dualidade, de modo que tanto nos campos como nas cidades o mercado de trabalho determinasse os salários. Os modelos de dois setores foram um instrumento intelectual e poderoso para justificar as políticas de industrialização forçada, em curso aquela época, que tanto discriminaram a agricultura. Os modelos de dois setores da agricultura tradicional perderam o charme, e os livros e artigos que versam sobre os mesmos acumulam pó nas bibliotecas. Duas razões: não ficou empiricamente demonstrada a imperfeição extrema do mercado de trabalho; a produtividade marginal mostrou-se superior a zero. No contexto a hipótese de produtividade marginal nula equivaleria a um salário também nulo, portanto, inadmissível.

No Brasil, o desenvolvimento econômico e a quebra dos vínculos familiares eliminaram grande parte da dualidade e o mercado caminha rapidamente para uma unicidade, determinando tanto o salário urbano como o rural. O lado visível desta quebra de dualidade é o enorme êxodo rural que temos presenciado obviamente agravados por políticas econômicas: a política salarial e fiscal, crédito subsidiado, taxa de câmbio sobre-valorizado, abertura para importações sem proteção contra subsídios na origem, descaso com a educação, saúde e habitação nos campos, etc. Aliás, o êxodo rural é previsto pelos modelos de dois setores, sendo ele um dos mecanismos que possibilita o salário rural se igualarem à produtividade marginal do trabalho, quando passa a ser determinado pelo mercado. O outro mecanismo é o incremento da produtividade.

Justiça se faça aos teóricos da agricultura tradicional: foram capazes de propor modelos empiricamente rejeitáveis e dos quais derivaram uma política econômica consistente. O fato de os modelos de dois setores, versão imperfeição de mercado de trabalho, terem caído em desuso não diminui o valor da engenhosidade de quem os criou. Eles mesmos ajudaram, pelas políticas que justificaram, a criar outra realidade, na qual não se justificaram, a criar outra realidade, na qual não se aplicam mais.

A diferença existente entre a agricultura familiar moderna, e a agricultura moderna é que nesta o gerente não precisa ser o dono do estabelecimento. Assim, a agricultura familiar moderna não constitui uma categoria analítica. O gerente e o dono são a mesma pessoa. O emprego da mão-de-obra familiar, a exceção do gerente, depende de condições do mercado e do tamanho da família. Os membros da família podem estar ocupados em tempo integral ou parcial pelo estabelecimento. Alguns deles podem ter apenas ocupação urbana. A tecnologia escolhida, inclusive a de administração, representa a opção mais lucrativa que o mercado oferece. Está integrada aos mercados externos à propriedade: de produtos, insumos, capital e financeira. Obviamente, procura tirar proveito dos incentivos e vantagens fiscais que o governo oferece, inclusive recorrendo à informalidade, quando o retorno comparado com o risco justificar. Então, temos dois pólos: a agricultura tradicional e a moderna. Esta última engloba a familiar moderna. As duas classes de agricultura contêm, obviamente, muita variação.

As definições políticas da agricultura familiar tomam como base que a grande maioria das tarefas do estabelecimento são realizadas pela família. A mão-de-obra

assalariada é um evento raro. A definição impõe restrições quanto ao tamanho do estabelecimento ou do negócio para eliminar os grandes estabelecimentos administrados pela família. Exemplo deles são freqüentes na cultura de soja e milho mecanizado e na pecuária de corte. Ressalte-se, ainda, que a definição política abrange tanto a agricultura familiar moderna como a tradicional. Mas o programa do governo quer mesmo é beneficiar quem se atrasou no processo de modernização e tem possibilidades de entrar na estrada de modernização.

Como definida pelo governo, a agricultura familiar é um subconjunto da agricultura, cujo proprietário administra e trabalha no estabelecimento, em conjunto com a família. A política do governo, a esse respeito, assenta-se na premissa de que o mercado falhou na solução dos problemas da agricultura tradicional. Por isso, há a necessidade da intervenção.

Mesmo admitindo-se a incapacidade de o mercado resolver os problemas da agricultura tradicional, não existe garantia de que o governo fará melhor. A finalidade deste trabalho é de detectar, como o agricultor, principal favorecido pelo programa governamental, avalia os resultados obtidos nestes anos de aplicação do programa (Agricultura Familiar, Revista de política Agrícola mar- 2002. PAIVA, R.M. SCHATAN, S.; FREITAS, C.F.T. de. Setor Agrícola no Brasil)

2.4 O ÊXODO RURAL

As migrações rural-urbanas, isto é, o deslocamento de populações do campo para as cidades, segundo Portela e Vesentini (1999), são conhecidas no Brasil como êxodo rural e tem ocorrido com maior intensidade nas últimas décadas.

A partir de mais ou menos 1950, a saída de indivíduos ou famílias das áreas rurais em direção aos centros urbanos se acelerou enormemente no país, envolvendo todos os anos cerca de milhões de pessoas. Assim, em um período de tempo inferior a cinquenta anos, a percentagem de população rural declinou vertiginosamente em relação à proporção da população urbana.

Hoje, de cada grupo de quatro brasileiros, pelo menos três vivem nas áreas urbanas e, apenas um no meio rural, ao contrário do que ocorria há meio século. O fator explicativo básico desse processo é que a economia brasileira vem

conhecendo profundas modificações nestas últimas décadas. O desenvolvimento do capitalismo se acelerou no País, juntamente com a industrialização e a urbanização que sempre o acompanham.

O capitalismo é um sistema sócio-econômico onde predominam as empresas particulares e a busca do lucro; e é por isso que o seu desenvolvimento acarreta, via de regra, uma concentração demográfica em certas áreas, especialmente nos grandes centros urbanos. Isto facilita o intercâmbio entre as empresas, gera facilidades em termos de infra-estrutura (eletricidade, asfalto, água encanada, rede de transportes e de comunicações, etc.) além de propiciar mercado consumidor para as firmas.

Na verdade, o capitalismo nasceu, e se desenvolveu de forma mais plena, não apenas na cidade e com o comércio, mas principalmente na atividade fabril, na indústria moderna. E além dos serviços que eles acabam gerando com o tempo (bancos, seguros, empresas de turismo, assessoria contábil, etc.) são atividades basicamente urbanas, ou seja, concentradas nas cidades. Outras características básicas do capitalismo, que é sempre marcado pela divisão social entre patrões (ou burgueses) e assalariadas (ou proletários), são as produções em grande escala e a mecanização progressiva das tarefas.

Assim, o avanço do capitalismo normalmente produz a mecanização do campo, o que acarreta desemprego para os trabalhadores “em excesso” (pois as máquinas fazem o trabalho de vários homens) e leva o produtor ao empobrecimento em função da expansão das grandes propriedades rurais em prejuízo das pequenas, que não podem dispor de tratores, colhedadeiras, empréstimos bancários, em boas condições, etc. tudo isso leva as famílias do campo a saírem em busca de empregos e moradias nas cidades. Essa é a razão básica ou estrutural, das migrações rural-urbanas.

Os principais motivos que fazem com que grandes quantidades de habitantes saiam da zona rural para as grandes cidades são: busca de empregos com boa remuneração, mecanização da produção rural, fuga de desastres naturais (secas, enchentes etc), qualidade de ensino e necessidade de infra-estrutura e serviços (hospitais, transportes, educação etc).

O êxodo rural provoca, na maioria das vezes, problemas sociais. Cidades que recebem grande quantidade de migrantes, muitas vezes, não estão preparadas para tal fenômeno. Os empregos não são suficientes e muitos migrantes partem para o

mercado de trabalho informal e passam a residir em habitações sem boas condições (favelas, cortiços, etc.).

Além do desemprego, o êxodo rural descontrolado causa outros problemas nas grandes cidades. Ele aumenta em grandes proporções a população nos bairros de periferia das grandes cidades. Como são bairros carentes em hospitais e escolas, as populações destes locais acabam sofrendo com o atendimento destes serviços. Escolas com excesso de alunos por sala de aula e hospitais superlotados são as conseqüências deste fato.

Os municípios rurais também acabam sendo afetados pelo êxodo rural. Com a diminuição da população local, diminui a arrecadação de impostos, a produção agrícola decresce e muitos municípios acabam entrando em crise. Há casos de municípios que deixam de existir quando todos os habitantes deixam a região (FANTIN, G.M. Êxodo Rural e Urbanização, 2003, CAVALCANTI, H. Agricultura, 2003).

2.4.1 Êxodo Rural na História

Segundo Fantin (2003) com Referencia às causas, de início,

Podemos fazer uma colocação de que o Êxodo Rural parece ser uma das maiores transformações que ocorreu, com efeito, negativo no Brasil. Nos últimos 40 anos, a população brasileira inverteu sua localização. Hoje mais de 75% da população vive em meios urbanos. Destes, mais de 15 milhões são migrantes de outras regiões do Brasil, aonde famílias inteiras, vindas dos quatro cantos do país, chegam aos grandes centros, na ilusão de uma vida melhor.

Roma Antiga: durante o Império Romano, a mão-de-obra escrava foi substituindo o trabalho livre na zona rural. Estes camponeses começaram a migrar em grande quantidade para as cidades romanas, principalmente, a capital do império, Roma. Esta legião de desocupados passou a preocupar os imperadores, que tinham medo de revoltas. Criaram, para evitar problemas sociais nas cidades, a política do pão-e-circo (comida e diversão para acalmar e distrair os desempregados).

Idade Média: entre os séculos XIII e XV (Baixa Idade Média), o comércio voltou a ser praticado, impulsionando o surgimento e desenvolvimento de cidades. Uma nova classe social surgiu, a burguesia. Muitos camponeses deixavam a zona rural em busca de melhores condições de vida nestas cidades.

Revolução Industrial: com o surgimento das indústrias no século XVIII, as grandes cidades européias passaram a atrair grandes quantidades de camponeses. Estes buscavam trabalho nas fábricas e melhores salários.

Brasil (década de 1960): durante o governo de JK (Juscelino Kubitschek) houve um grande investimento no desenvolvimento industrial nas grandes cidades da região Sudeste. Com a abertura da economia para o capital internacional, diversas multinacionais, principalmente montadoras de veículos, construíram grandes fábricas em cidades como São Paulo, São Bernardo do Campo, Guarulhos, Santo André, Diadema, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O resultado disso foi um grande êxodo rural do Nordeste para o Sudeste do país. Os migrantes nordestinos fugitivos da seca e do desemprego foram em busca de trabalho e melhores condições de vida nas grandes cidades do Sudeste. Este processo estendeu-se com força durante as décadas de 70 e 80. Como estas cidades não ofereceram condições sociais aos migrantes, houve o esperado: aumento das favelas e cortiços, desemprego (muitos migrantes não tinham qualificação profissional para os empregos) aumento da violência, principalmente nos bairros de periferia.

Outro fato relacionado ao êxodo rural ocorreu com a construção de Brasília, no final da década de 1950. Muitos migrantes do Norte e Nordeste do país foram em busca de empregos na região central do país, principalmente na construção civil. As cidades satélites de Brasília cresceram desordenadamente, causando vários problemas sociais, que persistem até os dias de hoje ([www. Sua pesquisa.com/hitoriadobrasil/governo/jk.htm](http://www.sua pesquisa.com/hitoriadobrasil/governo/jk.htm)).

2.4.2 Causas e conseqüências

Para Fantin (2003) o efeito cruel e dramático da imigração do homem do campo para as cidades parece vir de várias causas, como a seca que castiga algumas regiões do país, os incentivos agrícolas que não chegam ou são até cortados, os baixos preços de produtos agrícolas, a política agrícola do governo que visa incentivar a produção de produtos destinados à exportação. Além do efeito atração que os meios de comunicação social apresentam as cidades como fontes da realização dos desejos.

Segundo Fantin (2003) no que diz respeito às conseqüências estamos presenciando diariamente o aumento da violência, não só nos grandes centros, mas em todo o país de uma forma geral.

È o resultado de um desequilíbrio demográfico causado principalmente pela evasão do campo, onde uma das instituições mais importantes é afetada, ou seja, a Família base da sociedade. As relações sociais mudam. As pessoas não se conhecem mais, não se importam com as dificuldades alheias, o relógio determina o ritmo da vida, escravizando as pessoas. As famílias já não encontram mais momentos para se reunir, pois cada membro trabalha em horários diferentes.

Com uma formação escolar muito baixa ou às vezes sem saber ler as pessoas oriundas da agricultura, não encontrará um bom emprego. A mulher trabalhara de diarista ou lavadeira, que na maioria das vezes não tem acesso aos benefícios das leis trabalhistas. Os filhos, mesmo em idade escolar, são forçados a trabalhar para ajudar no orçamento da família, renunciando aos estudos e o que é mais grave, à sua própria infância, os menores de seis anos tornar-se-ão, na maioria das vezes, meninos ou meninas de rua. Esse fato é um círculo vicioso que cada vez mais toma proporções maiores. Diante disto, se faz necessária a ampliação do debate sobre a fixação do homem no campo.

2.5 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Somente a partir de meados da década de 1960, a agricultura brasileira inicia o processo de modernização, com a chamada Revolução Verde. Emergem, nessa década, com o processo de modernização da agricultura, novos objetivos e formas de exploração agrícola originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura.

Como conseqüências do processo são apontados, além da acirrada concorrência no que dizem respeito à produção, os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvida com atividades rurais.

O conteúdo ideológico da modernização da agricultura, segundo Almeida (1997b, p. 39), incorpora quatro elementos ou noções:

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronímia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

A expansão da agricultura “moderna” ocorre concomitante a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são levadas de desigualdades e privilégios.

Neste artigo, abordam-se também, as reações ocorridas no meio-ambiente, uma vez que o uso inadequado do solo para cultivos, sem respeito à sua aptidão agrícola e limitações, tem acelerado os processos de degradação da capacidade produtiva do solo, alterando, conseqüentemente, o meio ambiente. O manejo, a conservação e a recuperação dos recursos naturais são uma preocupação que atualmente mobiliza o mundo inteiro. Os danos causados à natureza e a crescente destruição do meio ambiente colocam a necessidade da sua preservação e recuperação, buscando formas racionais de produção.

A exploração ambiental está diretamente ligada ao avanço do complexo desenvolvimento tecnológico, científico e econômico que, muitas vezes, tem alterado de modo irreversível o cenário do planeta e levado a processos degenerativos profundos da natureza (RAMPASSO, 1997). Dentre os processos degenerativos profundos da natureza Ehlers (1999) destaca a erosão e a perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos.

Pensar sobre as tendências do “novo mundo rural” requer que se volte o olhar para esta realidade que, ao mesmo tempo em que tem colocado uma classe da sociedade com o que há de mais moderno na agricultura e pecuária, contraditoriamente, deixa outra, como os agricultores familiares, ou seja, a maioria dos produtores rurais, cada vez mais distantes de tais inovações. É esta categoria que se apresenta cada vez mais próxima do limite de sobrevivência que, atualmente,

tem merecido maior preocupação por parte das políticas governamentais, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um “novo mundo rural”. Entretanto, é uma utopia buscar o desenvolvimento local sustentável quando refletimos sobre a idéia de que muitos agricultores familiares são privados até mesmo das condições dignas de sobrevivência.

Nas últimas décadas, percebe-se um reordenamento do espaço, podendo-se dizer que, do ponto de vista da organização das atividades econômicas, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial e, nem os campos, com as atividades de agricultura e da pecuária, pois no campo, como aponta Santos (2000, p. 88) “[...] se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações”.

No Brasil, a história agrícola está ligada à história do processo de colonização no qual a dominação social, a política e a econômica da grande propriedade foram privilegiadas. Assim, a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução, podendo-se concluir que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1995).

Ao tratar da modernização da agricultura brasileira, diferentes autores abordaram as atividades econômicas, ou seja, as grandes marcas dessas fases, evidenciando que a produção serve como instrumento de transformação do espaço que trouxe ora prosperidade, ora decadência.

Nesse contexto, Paiva, Schattan e Freitas (1976, p. 01) afirmam que: “O desenvolvimento econômico do Brasil foi marcado por períodos algumas vezes nítidos de prosperidade advindo da exportação de determinados produtos e de depressão obsequente ao desaparecimento ou perda de mercado do mesmo”.

A agricultura precisou reestruturar-se para elevar sua produtividade, não importando os recursos naturais. O que se tinha como meta era produzir de forma que o retorno fosse o maior e o mais rápido possível. O “modelo” agrícola adotado na década de 1960-70 era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passavam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. A opção de aquisição era facilitada pelo acesso ao crédito rural, determinando o endividamento e a dependência dos agricultores.

Para Santos (2000 p. 89): “[...] a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair”. Para entender o significado da modernização é importante conhecer o papel atribuído à agricultura na década de 1970, quando este processo foi dominante (Quadro 1).

Quadro 1 - Principais características dos modelos de desenvolvimento da América Latina

Crítérios	Década de 70	Década de 80 e início de 90
Modelo econômico dominante	Substituição das importações	Vantagens comparativas
Características globais	Protecionismo, supervalorização das taxas de cambio. Objetivo de desenvolver a indústria doméstica aumentando a auto-suficiência.	Liberalização das políticas comerciais. Equilíbrio nas taxas de câmbio. Setores-chave em nível econômico: indústrias de mão-de-obra intensiva, agricultura orientada para a exportação.
Setor público	Aumento. Mecanismo econômico. Fornecimento de subsídios extensivos.	Racionalização. Venda de empresas públicas. Eliminação de subsídios.
Contexto internacional	Interesse pequeno ou nulo. Disponibilidade de capital. Fluxo de capital líquido para a América Latina. Endividamento rápido.	Grande e real interesse. Escassez de capital. Rápida escalada da dívida externa, gerando crise econômica. Transferências de capital líquido para os países industrializados. Assinatura de acordos regionais de livre-comércio.
Contexto político	Ditaduras. Movimentos de revolta.	Processo de democratização. Multiplicação das ONGs.
Questões sociais	Aumento das diferenças sociais. Aumento dos salários reais.	Aumento das diferenças sociais. Diminuição dos salários reais. Cortes extensivos em programas sociais.
Agricultura*	Fonte de receita para o desenvolvimento urbano-industrial	Setor muito dinâmico. Importante fonte de moeda estrangeira.
Projetos de rápido desenvolvimento industrial (PRDR)	Objetivo de aumentar a produção de bens-salários (“wagegoods”). Visto também como programa beneficente.	Drasticamente reduzidos. Objetiva PRDR negociável.
Ambiente	Em deterioração. Grande impacto negativo dos “projetos de desenvolvimento”.	Rápida deterioração em áreas rurais e urbanas.

Fonte: ALTIERI; MASERA, 1997, p.73. * Grifo nosso.

Nesse contexto, a modernização agrícola apresenta objetivos que não levam, necessariamente, ao desenvolvimento rural⁵. Ou seja, a modernização indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade e o desenvolvimento se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar a sua sociedade (ALMEIDA, 1997a).

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como sendo uma pesquisa descritiva, pois a mesma se preocupa em descrever as características de uma determinada população e estabelecer relações entre variáveis. A pesquisa realizada dividiu-se em duas etapas uma qualitativa de pesquisa bibliográfica e outra quantitativa com aplicação de uma survey.

Segundo Lakatos & Marconi (1983, p. 43) “a pesquisa bibliográfica é aquela que faz o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”.

A Pesquisa quantitativa permite mensurar opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes, através de uma amostra que represente a população de forma estatisticamente comprovada.

O instrumento utilizado para coleta de dados no método quantitativo é o questionário estruturado com questões fechadas (lista de respostas pré-codificadas) ou questionário semi-estruturado com perguntas fechadas e abertas.

3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO DA PESQUISA

O estudo foi aplicado para uma população de 105 produtores rurais do município de Abelardo Luz – SC que representam uma amostragem de 10% do universo de financiados pelo Banco do Brasil, na linha de crédito do PRONAF.

3.2.1 Amostragem

A amostra consistiu de 105 produtores rurais.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

O método de pesquisa foi o survey descritivo. O método survey se adapta perfeitamente ao tipo de pesquisa que realizaremos, pois é indicado para coleta de informações sobre características, percepções ou opiniões sobre um grande grupo de pessoas ou organizações, como será o nosso caso, com as micro e pequenas empresas. O método *survey*, segundo Malhotra (2001,) se baseia no interrogatório dos participantes, aos quais se fazem várias perguntas sobre seu comportamento, intenções, atitudes, percepção, motivações, e características demográficas e de estilo de vida. As perguntas podem ser feitas verbalmente (entrevista pessoal ou por telefone), por escrito (entrevista pessoal ou por mala direta) ou via computador. As principais vantagens desse método são suas simplicidades de aplicação; sua confiabilidade, pois as respostas são limitadas às alternativas oferecidas; e, também, a facilidade de codificação, análise e interpretação dos dados. O tipo descritivo tem como objetivo mapear a distribuição das opiniões na população de referência, vindo de encontro, portanto, aos objetivos do trabalho.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, elaborou-se e apresentou-se uma análise dos dados coletados através da pesquisa, baseados nos conceitos e teorias citados na Fundamentação Teórica. Apresentou-se em tabelas que mostram a distribuição das respostas, visando embasar e subsidiar as análises efetuadas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Abelardo Luz encontra-se na região do Oeste Catarinense. Esta região abrange uma população de 1,1 milhões de habitantes e uma superfície de 25,3 mil Km². Apesar de sua colonização ser recente, se comparada à de outras regiões do Brasil, a região detém atualmente o maior complexo agroindustrial de suínos e aves do país. Na região oeste, existem 99 municípios os quais estão organizados em seis associações. A base do crescimento econômico regional tem sido a produção familiar diversificada voltada ao mercado, diretamente relacionado ao tipo de recursos naturais disponíveis e associada à agroindústria (Testa et al., 1996).

Abelardo Luz é um município que possui uma área de 956 Km². Pertence à Associação de Municípios do Alto Itaipava (AMAI). Como se pode observar na tabela 1, a população de Abelardo Luz decresceu de 1980 para 1991 ficando estável de 1991 para 1996. O decréscimo de 1980 para 1991 se deve ao desmembramento de áreas do município que passaram a ser parte de outros municípios, pois se comparamos a densidade demográfica veremos que esta subiu de 12,4 hab. /Km² em 1980 para 12,8 hab. /Km² em 1991.

Tabela 1: Abelardo Luz (população total: urbana e rural);

Distribuição	1985		1991		1995	
	Núm. de Habitantes	%	Número de Habitantes	%	Núm. de Habitantes	%
1. Sexo						
- Homens	9.006	51,24	6.991	51,5	6948	51,1%
- Mulheres	8.569	48,76	6.572	48,5	6.645	48,9%
- Total	17.575		13.563		13.593	
2. Localidade						
- Urbana	4.556	25,9	5.426	40,0	6.327	46,5
- Rural	13.019	74,1	8.137	60,0	7.266	53,5
Área do Município. em Km ²	1.421		1.055		1.055	

CENSO IBGE

Um fato que pode ser observado nitidamente é a urbanização da população de Abelardo Luz sendo que hoje praticamente 50% da população vive no meio urbano. Esse processo só não se deu de forma mais acentuada por causa dos assentamentos que acabam mantendo elevado o número de famílias no meio rural.

A tabela 2 mostra que no período de 1991 a 1996 houve um aumento na densidade demográfica tanto na região da AMAI como no Estado de Santa Catarina enquanto que o município de Abelardo Luz permaneceu estável. Este fenômeno ou mesmo a diminuição da população dos municípios menores que possuem sua economia baseada somente na agricultura tem sido uma tendência na região. Em Abelardo Luz na realidade só não se observou redução em função da reforma agrária que tem assentado grande número de famílias no município.

Tabela 2: Densidade Populacional

Densidade demográfica	(habitantes por Km ²)	
	1991	1996
• Abelardo Luz	12,8	12,9
• Amai	25,5	27,5
• Santa Catarina	46,5	51,0

Plano Básico de Desenvolvimento Econômico e Ecológico (PBDEE) - 1997

O Município apresenta taxas de natalidade e mortalidade inferiores da microrregião e do Estado, mas apresenta índices de mortalidade infantil elevado (25,3 por 1000 crianças) quando comparados a microrregião (17,5%). É importante salientar que a região além de possuir grande quantidade de assentamentos é alvo

de constantes ocupações de terras existindo vários acampamentos de sem terras no município o que devido a situação precárias destes as crianças são as mais penalizadas.

O município é bem servido por energia elétrica no meio urbano sendo que no meio rural a eletrificação tem chegado aos agricultores principalmente aos assentados, através do Governo Federal que implanta a rede de energia elétrica em quase todos os assentamentos.

O meio rural é bem servido de estradas de terra só que nem sempre em bom estado, sendo que o INCRA tem realizado convênios com a prefeitura local com o objetivo de abrir as estradas nos assentamentos e melhorar os acessos a estes.

A história do Município confunde-se com os conflitos e discussões originadas pela posse e demarcação das terras da região entre os rios Iguazu e Uruguai, no século XVIII.

Abelardo Luz faz parte da “Região do Contestado” que foi um território inicialmente disputado entre o Brasil e a Argentina tendo o Brasil ganho de causa e, também tem sido um território de disputa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, sendo palco da “Guerra do Contestado” considerado um dos únicos levantes realmente populares da história brasileira.

O povoamento efetivo de Abelardo Luz só teve início no presente século, com a chegada principalmente dos imigrantes gaúchos. A origem predominante destes imigrantes era a italiana, os quais vieram a juntarem-se aos antigos moradores da região, os índios Kaingang. Um dos fatores primordiais para a atração destes imigrantes foi a grande quantidade de madeira existente na região, bem como a boa qualidade do solo para a agricultura e pecuária.

Entrevistas realizadas junto a membros da comunidade apontam na realidade para duas situações bem distintas em termos de ocupação do município de Abelardo Luz as quais são identificadas como região ao norte do Rio Chapecó e Região ao sul do Rio Chapecó. A área ao sul do Rio Chapecó que teve uma colonização semelhante ao resto do oeste catarinense, com a entrada de imigrantes principalmente de origem Italiana que adquiriram pequenas áreas estabeleceram a agricultura familiar com utilização intensiva da área, processo que teve início por volta da década de 40 com o ápice pelos anos 60.

A região ao norte apresenta uma ocupação bem diferenciada sendo que as informações obtidas apontam que em 1985 havia apenas 21 grandes propriedades

com 15 proprietários se constituindo grandes latifúndios onde quando muito se desenvolvia extensivamente a pecuária de corte. Essa diferenciação em relação ao restante da região é atribuída a doação de terras principalmente a ex-militares pelo governo do Paraná. Hoje essa região, em virtude da criação de novos municípios, se constitui na maior área de Abelardo Luz.

Os desmembramentos ocorreram na região ao sul do Rio Chapecó principalmente devido ao processo colonizatório observado naquela área que permitiu a estruturação de povoados que deram origem aos municípios ao contrário da região Norte que era caracterizado pelo latifúndio e pela ociosidade das áreas.

A agricultura familiar se desenvolveu na região sul durante a década de 70 com a explosão da soja, tornando-se uma das áreas mais produtivas do Estado.

Segundo os depoimentos, somente na década de oitenta com o início das ocupações do Movimento sem terra em Abelardo Luz é que começa ocorrer uma maior exploração agrícola da região. Os proprietários por medo da desapropriação começaram a produzir nas áreas ou então começaram a vender ou arrendar estas. A maioria dos proprietários possuía nessas áreas criações extensivas de gado e muitos dos proprietários não moravam ou sequer conheciam suas terras.

O impulso dado pelas ocupações foi importante para a exploração daquelas áreas, por um lado os proprietários que ficaram com receio de ocupações e não tinham interesse em produzir venderam suas áreas provocando dessa maneira a diminuição no valor da área, mas por outro lado com a exploração das áreas com lavouras também houve uma valorização das terras ao norte do Rio Chapecó.

Nesse período teve papel importante o prefeito do município (atual ex-prefeito) que de alguma forma denunciou a falta de exploração das terras ao norte do município e deste e do padre da época no sentido de mediar os conflitos entre proprietários e sem terra.

As ocupações no município na realidade, depois de começarem nunca mais pararam, mas pode se observar duas fazes bem distintas na implantação de assentamentos. A primeira de 1985 a 1989 e a segunda de 1995 em diante.

Além da explosão na produção da soja na década de 70, a região teve incremento ainda maior, pois ela é considerada como uma das melhores áreas para produção de sementes de soja, sendo exportado soja semente para vários estados do Brasil. Essa situação, onde os produtores recebem até 15% a mais pelo produto

vendido como semente aliada ao relevo propicio a mecanização, leva as terras da região a serem muito procuradas pelos agricultores.

4.1.1 Atividades Econômicas Locais

Sem duvida alguma o setor primário é a base da economia do município destacando-se, conforme observado no Censo Agrícola do IBGE, a produção de grãos principalmente a produção de soja para semente em seguida vem o milho, feijão e a bovinocultura.

Depois da agricultura o setor que mais emprega pessoas é o setor terciário. O comércio e serviços de Abelardo Luz abastecem basicamente o município não sendo nesse sentido um pólo regional. Porém, o setor serviços, tem sido reativado devido à demanda criada pelos assentamentos rurais. Estes, ao contarem com recursos financeiros provenientes do Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e pela receita obtida com a atividade agrícola, têm permitido demandar do comércio local, insumos e ferramentas de trabalho, animais, os carros de boi, arados, silos para guardar os produtos da lavoura, dentre outros. Também, os dispêndios feitos com a própria manutenção familiar, tais como alimentos, roupas e outros bens materiais, é um fator muito importante a ser destacado.

Como pode se notar na tabela 3, a agricultura é a atividade responsável por mais de 78% do pessoal ocupado, vindo depois o comércio e serviços com 19% e por último a indústria com somente 3% do total do pessoal ocupado no município.

Tabela 3: Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado por Setores

Indústria	Quantidade
• Número de estabelecimentos	29
• Pessoal Ocupado	233
Comércio	
• Número de estabelecimentos	243
• Pessoal Ocupado	730
Serviço	
• Número de estabelecimentos	95
• pessoal ocupado	620
Agropecuária	
• Número de propriedades	1.243
• pessoal ocupado	5580

Plano Básico de Desenvolvimento Econômico e Ecológico (PBDEE) - 1997

Na grande propriedade agrícola se destaca a bovinocultura (corte) e as lavouras de soja e milho. Na pequena propriedade a uma diversidade e complexidade maior sendo que além da produção de milho e soja temos o fumo, a erva-mate, o feijão e ultimamente com grande destaque principalmente nos assentamentos a produção de leite.

A tabela 4, de utilização das terras, demonstra que houve redução em termos absolutos em todos os tipos de utilização de 1985 para 1995, isso se deve ao desmembramento de novos municípios que reduziu a área do município nesse período em 25,8%. Um fato importante a destacar é que a área mais intensivamente utilizada em 1985 se encontrava ao sul do Rio Chapecó local onde o município cedeu área para os novos.

Mesmo com a perda dessas importantes áreas produtivas o valor relativo da área utilizada com lavouras temporárias aumentou de 44,9% para 46,7% no período e as áreas produtivas não utilizadas reduziram-se de 5% para 0,9%. O aumento no percentual de áreas utilizadas com lavouras temporárias mesmo com o desmembramento de áreas da região sul do município demonstra claramente que nesse período houve uma intensificação da exploração das áreas ao norte do Rio Chapecó. Também nesse sentido é ilustrativo o aumento da participação percentual das áreas exploradas com pastagens perenes.

As lavouras temporárias têm grande destaque tanto em área como em número de estabelecimentos que desenvolvem essa atividade. Em relação às áreas

corresponde a 46,7% sendo que 96,8% dos estabelecimentos agrícolas do município desenvolvem esta atividade.

O índice de 21,11% de matas apresentado no Censo não confere com as entrevistas realizadas que indicam uma cobertura de florestas inferior a 10% da área do município e que vem decaindo ano a ano havendo regiões onde quase não se observa resquícios de matas.

Tabela 4: Utilização das Terras (área)

Terras	Área/ha 1985		Área/ha 1995	
	Quantidade	%	Quantidade	%
• Permanentes	2.042	1,8	1.301	1,4
• Temporárias	52.039	44,9	43.322	46,7
• Temporárias em descanso	1.681	1,5	774	0,8
• Pastagens naturais	17.097	14,8	12.330	13,3
• Pastagens	11.452	9,8	10.428	11,2
• Total das matas e florestas	25.669	22,2	19598	21,11
• Produtivas não utilizadas	5.836	5,0	813	0,9
Área do município em Km²	1.421		1.055	

Censo Agropecuário IBGE - 1985 –1996

4.1.2 A Estrutura Fundiária E Os Assentamentos Rurais

A maioria absoluta das propriedades em 1995 encontra-se na faixa até 50 ha com 86,2% dos estabelecimentos (tabela 5). Essa distribuição das propriedades principalmente na faixa de 10 a 20 ha é resultado do grande número de assentamentos realizados no município.

Apesar do grande número de assentamentos podemos observar uma grande concentração de terra com os estabelecimentos com mais de 500 ha correspondente a 2,5% do total de estabelecimentos do município possuindo 57,2% da área deste enquanto que os estabelecimentos com menos de 50 ha que representam 58% do total de estabelecimentos possui apenas 17,3% da área do município (tabela 6).

Tabela 5: Estabelecimentos Agropecuários por Grupos de Área Total

Grupo de áreas	1985		1995	
	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
Menos de 10 ha	968	43,2	201	16,2
10 à menos de 20 ha	481	21,5	721	58,0
De 20 à menos de 50 ha	474	21,2	149	12,0
De 50 à menos de 100 ha	148	6,6	56	4,5
De 100 à menos de 200 ha	81	3,6	43	3,4
De 200 à menos de 500 ha	58	2,6	42	3,4
De 500 a menos de 1.000 ha	10	0,5	14	1,1
Mais de 1.000 ha	18	0,8	17	1,4
Total	2238	100	1.243	100

Censo Agropecuário IBGE - 1985 -1996

Tabela 6: Estabelecimentos Agropecuários por Grupos de Área Total

Grupo de áreas	1985		1995	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Menos de 10 ha	4.631	3,8	1.304	1,4
10 à menos de 20 ha	6.804	5,6	10.224	11,0
De 20 à menos de 50 ha	14.643	11,9	4.559	4,9
De 50 à menos de 100 ha	10.345	8,5	3.882	4,2
De 100 à menos de 200 ha	11.301	9,3	6.210	6,7
De 200 à menos de 500 ha	17.416	14,3	13.558	14,6
De 500 a menos de 1.000 ha	7.786	6,4	10.239	11,0
Mais de 1.000 ha	49.076	40,2	42.872	46,17
Total	122.008	100	92.850	100

Censo Agropecuário IBGE - 1985 -1996

Em relação à evolução na estrutura fundiária de 1985 para 1995 pode se observar uma diminuição na área absoluta das propriedades com mais de 500 ha, mas um aumento na sua participação relativa. Esse movimento pode ser explicado em certa medida pelo desmembramento das áreas ao sul do Rio Chapecó caracterizada pelas pequenas propriedades. Esse incremento só não foi maior pela ocorrência de ocupações e assentamentos no município ocorridos nesse período.

Os assentamentos também explicam o aumento da participação em área e em número do extrato de produtores com 10 a 20 ha, já que os lotes possuem de 12 a 16 ha.

Quanto ao número e área dos estabelecimentos agrícolas (tabelas 7 e 8), parte das alterações nos números da condição dos produtores principalmente em termos absolutos se deve aos desmembramentos, mas no município pode se destacar as ocupações dos sem terras e posteriormente os assentamentos efetuados pelo governo na região como fatores determinantes no aparecimento (1985) e na diminuição do número de propriedades ocupadas, arrendadas ou em parceria.

Em 1995 há predominância dos proprietários de terra com 92,4% dos estabelecimentos enquanto que arrendatários, parceiros e ocupantes somados representavam no momento do Censo 7,6%. Os proprietários da mesma forma possuem a maior área com 96,4% do total.

Cabe salientar que apesar dos assentamentos efetuados o município ainda é alvo constante de ocupações de sem terras chegando momentos em que houve mais de 1000 famílias ocupando uma ou mais áreas no município, portanto os dados neste sentido estão em constante alteração.

Tabela 7: Área dos Estabelecimentos Recenseados por Condição do Produtor

Tipo	1985		1995	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
• Proprietário	110.571	90,6	89.515	96,4
• Arrendatário	5.296	4,3	1.769	1,9
• Parceiro	3.567	2,9	1.320	1,4
• Ocupante	2.573	2,2	246	0,3
Total	122.007	100	92.850	100

Censo Agropecuário IBGE - 1985 -1996

Tabela 8: Estabelecimentos Recenseados por Condição do Produtor

Tipo	1985		1995	
	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
• Proprietário	1.417	63,3	1.148	92,4
• Arrendatário	239	10,7	56	4,5
• Parceiro	297	13,3	11	0,9
• Ocupante	285	12,7	28	2,2
Total	2.238	100	1.243	100

Censo Agropecuário IBGE - 1985 -1996

Abelardo Luz é o município catarinense com maior número de famílias assentadas no Estado de Santa Catarina com um total de 1280 famílias. Essas 1280 famílias assentadas pelo INCRA estão reunidas em 17 projetos de assentamentos de trabalhadores rurais e abrangem uma população de aproximadamente 6.400 pessoas (considerando que uma família tenha Cinco pessoas) o que representa 47% da população do município e ocupam uma área de 18.118 hectares.

Mesmo com o número elevado de assentamentos é uma região onde ocorrem ocupações constantes de terras e sempre há presença de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra.

A tabela 9 traz os assentamentos existentes no município de Abelardo Luz a área destes, data de criação e o número de famílias assentadas.

Tabela 9: Assentamentos Rurais no Município de Abelardo Luz

Nome do Assentamento	Área (ha)	Data de criação	Número de famílias
Papuan I	359	14/01/86	27
Sandra	1.001	14/01/86	58
Santa Rosa I	1.193	22/01/87	82
Papuan II	890	01/04/87	63
Santa Rosa II	669	10/04/87	52
Capão Grande	1.285	28/06/88	91
Volta Grande	1.326	08/03/89	74
Indianópolis	1.337	10/01/95	90
Juruá	419	21/12/95	40
Santa Rosa III	232	05/01/96	16
Recanto do Olho D'Água	470	05/08/96	25
São Sebastião	323	14/10/96	32
Três Palmeiras	765	14/10/96	70
Treze de Novembro	1.797	26/02/97	105
Novo Horizonte	765	11/04/97	60
José Maria	3.995	06/11/97	300
Padeiro	1.292	1998	95
TOTAL	18.118		1.280

INCRA - SC

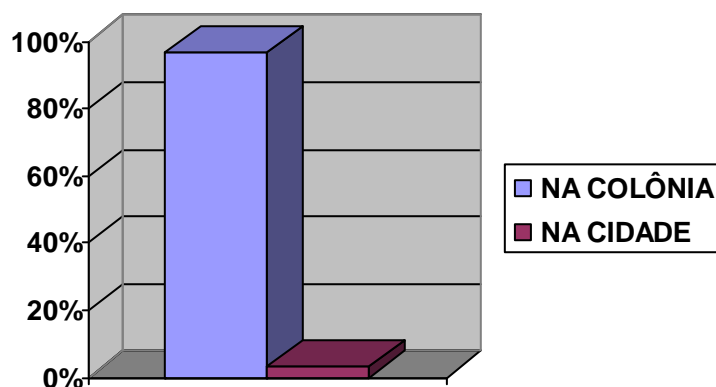
4.2 PESQUISA DE OPINIÃO

A pesquisa foi efetuada junto a 105 produtores rurais do município de Abelardo Luz – SC que representam uma amostragem de 10% do universo de financiados pelo Banco do Brasil, na linha de crédito do PRONAF.

TABELA 10 – O PRODUTOR E SUA FAMÍLIA RESIDEM:

LOCAL	%
NA COLÔNIA	97%
NA CIDADE	03%
TOTAL	100%

FONTE: Dados da pesquisa



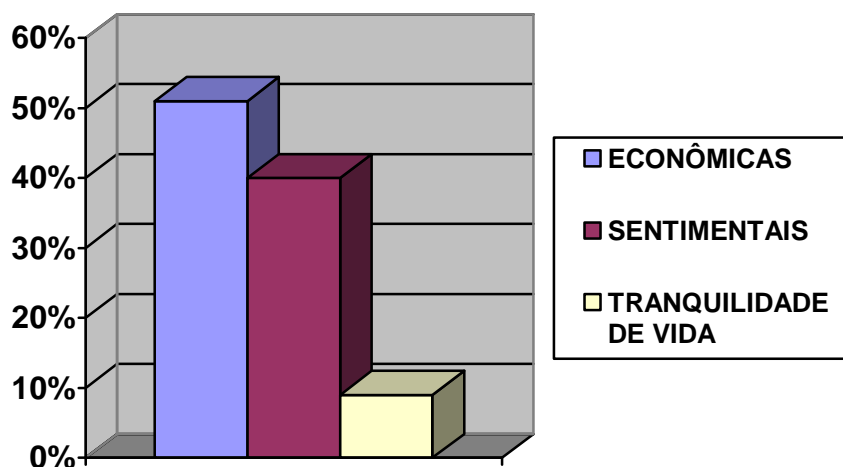
Fonte: Dados da pesquisa

A pesquisa revela que a maioria (97%) dos pesquisados reside na colônia, ou seja, na área rural. Essa é uma característica do município, que possui a maior parte da população residindo no meio rural

TABELA 11 – AS RAZÕES QUE O FAZEM PERMANECER NO INTERIOR SÃO:

RESPOSTA	%
ECONÔMICAS	51%
SENTIMENTAIS	40%
TRANQUILIDADE DE VIDA	9%
TOTAL	100%

FONTE: Dados da pesquisa



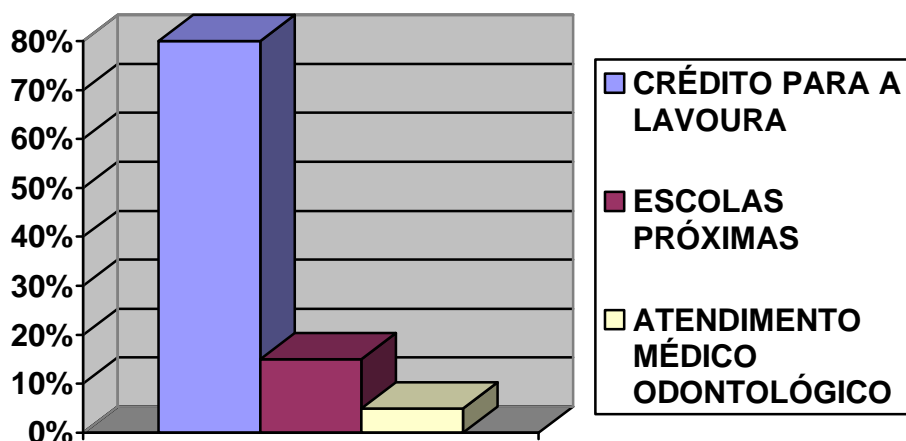
Fonte: Dados da pesquisa

Segundo a pesquisa efetuada, verificou-se que existe um equilíbrio, entre as razões econômicas (51%) e as razões sentimentais (40%) com ligeira diferença a maior para a primeira.

TABELA 12 – NA SUA OPINIÃO O MAIS IMPORTANTE PARA O HOMEM NO CAMPO É:

RESPOSTA	%
CRÉDITO PARA A LAVOURA	80%
ESCOLAS PRÓXIMAS	15%
ATENDIMENTO MÉDICO ODONTOLÓGICO	5%
TOTAL	100%

FONTE: Dados da pesquisa



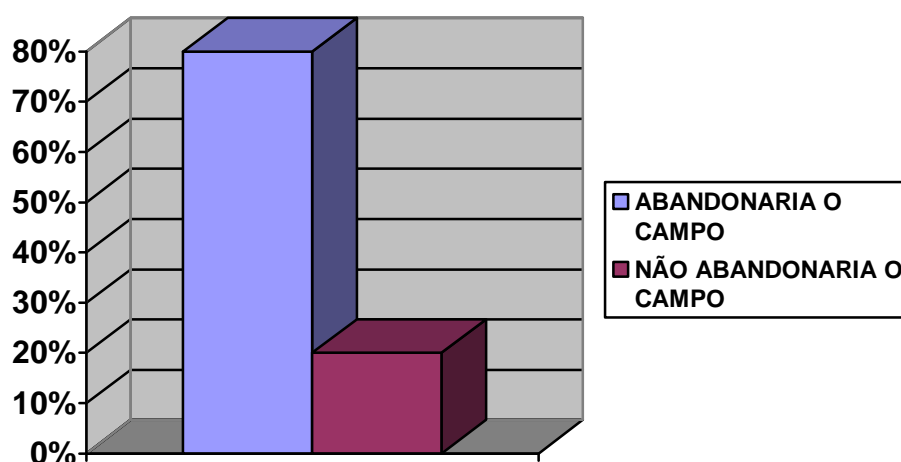
Fonte: Dados da pesquisa

Para os entrevistados o crédito na lavoura é o item de maior importância, sem crédito não há como plantar, criar enfim, exercer a atividade e administrar a propriedade de forma a proporcionar lucro.

TABELA 13 – O QUE VOCÊ FARIA SE NÃO RECEBESSE FINANCIAMENTO PARA A LAVOURA?

RESPOSTA	%
ABANDONARIA O CAMPO	80%
NÃO ABANDONARIA O CAMPO	20%
TOTAL	100%

FONTE: Dados da pesquisa



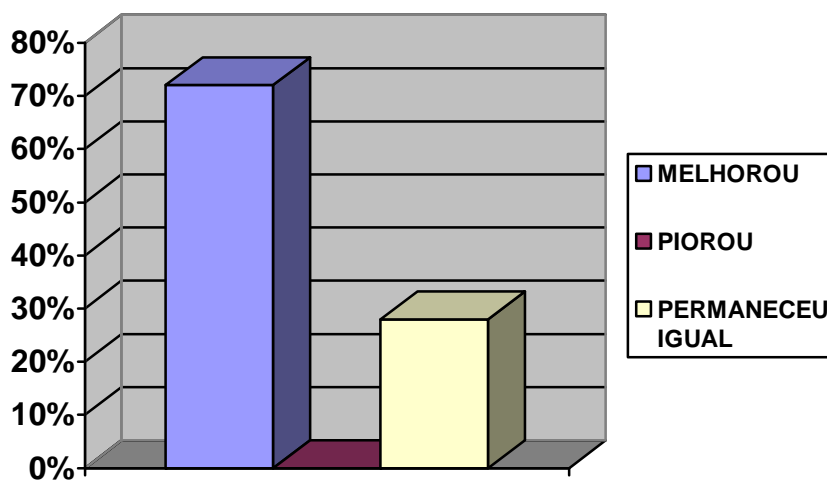
Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria (80%) dos entrevistados afirmou que abandonaria o campo caso não recebesse financiamento para a lavoura. Apenas 20% afirmaram que continuariam no campo.

TABELA 14– COM OS RECURSOS DO PRONAF, SUA VIDA...

RESPOSTA	%
MELHOROU	72%
PIOROU	00%
PERMANECEU IGUAL	28%
TOTAL	100%

FONTE: Dados da pesquisa



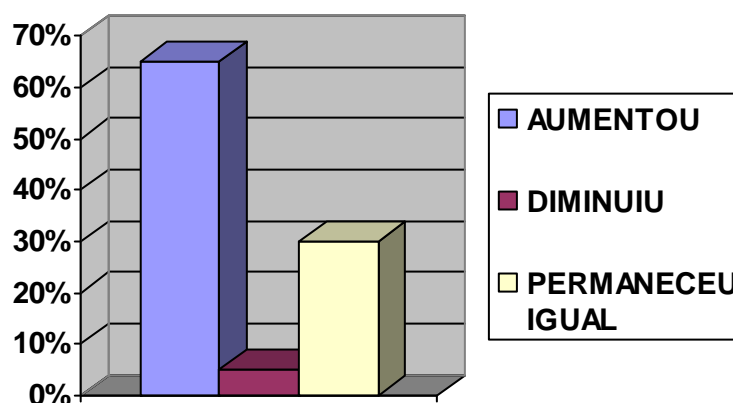
Fonte: Dados da pesquisa

Verificou-se com a pesquisa que a maioria (72%) dos produtores acredita que a sua vida melhorou com os recursos do PRONAF, porém ainda existe uma grande parcela (28%) que respondeu que a sua vida permaneceu igual.

TABELA 15- COM O FINANCIAMENTO, SUA ÁREA PLANTADA...

RESPOSTA	%
AUMENTOU	65%
DIMINUIU	05%
PERMANECEU IGUAL	30%
TOTAL	100%

FONTE: Dados da pesquisa



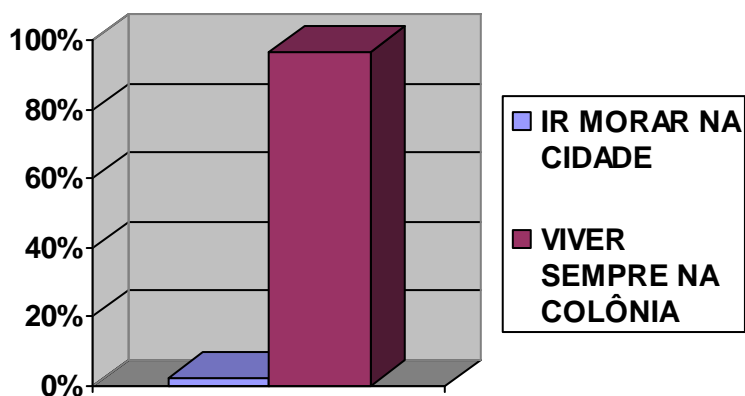
Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo os entrevistados, a maioria respondeu que sua área plantada aumentou (65%), uma pequena parcela (05%) afirmou que a área diminuiu e uma parcela de 30% respondeu que a área plantada continua a mesma.

TABELA 16 – O SEU GRANDE SONHO É :

RESPOSTA	%
IR MORAR NA CIDADE	02%
VIVER SEMPRE NA COLÔNIA	97%
TOTAL	100%

FONTE: Dados da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa

Questionados sobre a possibilidade de morar na cidade, a grande maioria (97%) é enfática e respondeu que tem como sonho morar sempre na colônia. Isso demonstra o grande apreço pelo campo e pela vida que levam a despeito das dificuldades enfrentadas.

CONCLUSÃO

O PRONAF visa proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda líquida e da qualidade de vida dos agricultores familiares. Especificamente, o PRONAF objetiva ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; viabilizar a infra-estrutura rural à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; elevar o nível de profissionalização de agricultores de base familiar, proporcionando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais; favorecer o acesso de agricultores de base familiar e suas organizações ao mercado.

Diferentemente dos demais municípios da região, Abelardo Luz apresentam como característica principal a permanência de um elevado número de sua população localizada no meio rural, conforma podemos constatar através do gráfico percentual rural, constituída principalmente de pequenos produtores rurais, não vem sofrendo a pressão econômica dos grandes produtores rurais, o que em parte alivia a ofensiva do êxodo rural, ocorrendo sim, a migração da mão-de-obra jovem, que por incapacidade de crescimento dentro do núcleo familiar, parte em busca de novos mercados, não nos permitindo avaliar se urbano ou rural.

Outra característica dessa população é a diversificação de suas atividades agropecuárias, o que propicia uma renda necessária à satisfação de suas necessidades básicas. Os convênios de integração indústria/produtor permitem o acesso a novas tecnologias, que agregados aos conhecimentos trazidos pela EPAGRI, em nível de produtor e também, de comunidade rural, com a formação de associações, permite uma maior profissionalização do agricultor e de seus

familiares, aumentando, por conseguinte, a satisfação em permanecer trabalhando na terra.

Com relação ao PRONAF podemos afirmar que seus objetivos vêm sendo alcançados. Como agente controlador do êxodo rural, dois índices demonstram o acerto do programa: apenas 3% da amostra de produtores financiados estão residindo na cidade, e a afirmação de 20% dos entrevistados de que já teriam abandonado a atividade se não recebessem financiamento. Como agente econômico: o aumento da área plantada e como agente social: 72% dos entrevistados afirmaram que suas vidas melhoraram após a implantação do programa.

Conclui-se ao término deste trabalho de que em Abelardo Luz, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar vem proporcionando uma melhoria da geração de renda dos produtores e contribuindo com a manutenção do homem na terra.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997a. p. 17-26.

_____. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 1997b. p. 33- 55.

_____. Significados sociais, desafios e potencialidades da agroecologia. In: FERREIRA, A.D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: UFPR, 1998. p. 239-247.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável,** Porto Alegre: UFRGS, 2000, 110p.

ALTIERI, M.; MASERA, O desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z.(Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva desenvolvimento sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 72 - 105

ALVES, E. **Agricultura Familiar.** Revista de Política Agrícola, -jan/mar-1997

CAVALCANTI, H. **AGRICULTURA.** Artigo disponível em 23/03/2003, <http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto&&idT=135>, acessado em 15/08/2007.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** 2.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

FANTIN, G. M. **ÊXODO RURAL E URBANIZAÇÃO.** ARTIGO PUBLICADO EM 10/09/03, E-mail: gmf@intermam.com.br. Fecilcam-Campus de Campo Mourão UNESPAR-Universidade Estadual do Paraná - Campo Mourão PR

IBGE (1991) **Censo Agropecuário 1985 - Santa Catarina.** Rio de Janeiro

IBGE (1994) **Censo demográfico - 1991; Santa Catarina. n.23.** Rio de Janeiro

IBGE (1998) **Censo Agropecuário 1996 - 1997 Brasil**. Rio de Janeiro

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1983.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

PAIVA, R. M.; SCHATTA, S. ; FREITAS, C. F. T. de. **Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidade**. Forense: USP, 1976. 442 p.

PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ECOLÓGICO DE ABELARDO LUZ (1997)

PORTELA, M.; VESSENTINI, R.; MIOR, L.; BALDISSERA, I. e CORTINA, N. (1999) **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis: EPAGRI.

RAMPASSO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. p. 157-188.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.

WANDERLEY, M. de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos e Difusão de Tecnologia**, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. p.13 -78, jan./abr.1995.

Http: //www. mda.gov.br. Acessado em 25/09/2007.

<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agropecuario/index.html&conteudo=./agropecuario/historico.html> acessado em 22/08/2007.

Pesquisa para conclusão do curso de Especialização em Gestão de negócios Financeiros apresentado ao programa de Pós-Graduação em administração da universidade federal do Rio Grande do Sul

1- O Produtor e sua Família residem:

na colônia

na cidade

2- As razões que o fazem permanecer no interior são:

Econômicas

Sentimentais

Tranqüilidade de vida

3- Na sua opinião o mais importante para o homem no campo é:

Crédito para a lavoura

Escolas próximas

Atendimento médico odontológico

4- O que você faria se não recebesse financiamento para a lavoura

Abandonaria o campo

Não abandonaria o campo

5- Com os recursos do PRONAF, sua vida:

Melhorou

Piorou

Permaneceu igual

6- Com o financiamento sua área plantada:

Aumentou

Diminuiu

permaneceu igual

7- Seu grande sonho e:

() Ir morar na cidade

() Viver sempre na colônia